



A POLÍTICA EXTERNA DA VENEZUELA BOLIVARIANA

Carlos A. Romero

Sumário-Working Paper nº 4, Julio de 2010



www.plataformademocratica.org

A Política Externa da Venezuela Bolivariana

Sumário

Carlos A. Romero

O trabalho é dedicado a analisar os fundamentos e o desenvolvimento da política externa da Venezuela desde o ano de 1999. A conjectura central deste exercício baseia-se na idéia de que a política externa de Venezuela expressa as tensões internas e externas de um processo no qual a elite no poder tem um modelo de fazer política e de desenvolvimento econômico que busca romper com o passado e construir uma sociedade socialista. Esta política se caracterizou nos últimos anos por continuamente tentar romper com o passado.

Os argumentos que se apresentam têm uma intencionalidade fundamentalmente crítica e ressaltam as dificuldades de relacionar os aspectos normativos e os dados empíricos de uma política que se projetou regionalmente e de certo modo globalmente, através de uma série de recursos materiais e simbólicos. No caso em apreço, estamos perante um modelo político que se baseia na construção de uma visão de mundo em que o foco “amigo-inimigo da política, o uso indiscriminado da tese sobre a “vontade da maioria” e o afã de promover um “pacote ideológico” radical se misturaram a tradições nacionais como o ativismo internacional e o presidencialismo, em uma oferta que contou com um poderoso discurso e uma capacidade de gasto público que contempla importantes programas sociais.

Em nosso entendimento, a Venezuela atravessa uma “situação revolucionária”, o que leva a que a política externa do governo do presidente Chávez não seja a mesma dos que o precederam. Na verdade, a atual ação externa venezuelana é observada de maneira tridimensional: quanto a suas relações bilaterais, às relações multilaterais e às relações transnacionais.

Desse novo contexto resultam pelo menos quatro referências importantes: a crescente liderança do presidente Chávez, que não só limita a solidez institucional da diplomacia venezuelana, como também questiona o caráter da política externa como uma política de Estado; um sistema de alianças que é percebido por seus governantes como uma rede de lealdades, compromissos, afinidades e subordinações e que se expressam na ideia da existência de um campo progressista e de esquerda internacional. Isto se concretiza regionalmente na Aliança Bolivariana dos Povos, a ALBA. A isto é preciso acrescentar a crescente polarização da ação externa da Venezuela, onde o exercício profissional e burocrático dos diplomatas venezuelanos é entendido com um trabalho comprometido com a causa revolucionária e com a crescente posição contestatária da Venezuela nos foros internacionais e nas próprias relações bilaterais e regionais. Cabe destacar também a associação no âmbito das relações transnacionais, com grupos, movimentos e iniciativas que se opõem ao capitalismo no mundo.

A Venezuela mantém e continua a oferecer sua tese do socialismo do século XXI e um “pacote ideológico” que tem como base concepções diferentes do que significam a democracia, o desenvolvimento e a política externa, para a maioria dos países da região e que gera controvérsias sobre o alcance das múltiplas ingerências de Caracas nos assuntos internos de muitos países. De fato, a argumentação de um “bolivarianismo” regional e de um anti-imperialismo mundial serve de apoio a um discurso antiliberal contra a hegemonia dos Estados Unidos, a fim de minar seu poder. Esta proposta venezuelana entra em conflito com países membros da CAN (Comunidade Andina) e do Mercosul e impõe desafios em especial ao Brasil, por seu papel de liderança na região.

O texto se divide nos seguintes capítulos. O primeiro introduz o tema. No segundo capítulo, observa-se o contexto internacional atual. Neste sentido, consideram-se alguns aspectos tais como a inserção mundial e regional da Venezuela, suas etapas, o perfil venezuelano no exterior, a reavaliação do conceito de interesse nacional, a internacionalização do caso venezuelano e da companhia energética estatal, Petróleos de Venezuela (PDVSA), o papel dos organismos multilaterais, das organizações não-governamentais, dos meios de comunicação e a política de alianças. No terceiro capítulo, analisam-se quatro casos hemisféricos específicos. A ideia é apontar estes casos como exemplos que determinam as relações bilaterais da Venezuela com alguns países importantes para o país. Da mesma forma, na quarta seção, observam-se três casos de relações bilaterais específicas no contexto internacional. No quinto capítulo, apresentam-se um balanço e algumas projeções de uma política externa que chamou a atenção na região e no mundo e que conta com recursos suficientes para sustentar seus postulados e objetivos.

Finalmente, não podemos terminar este percurso pela atual política externa da Venezuela sem mencionar alguns cenários:

1) Que tanto a política interna como a política externa da Venezuela continuem pelo caminho traçado desde 1999: “situação revolucionária, socialismo do século XXI, poder comunitário, promoção do “pacote ideológico”, alianças internacionais anticapitalistas, uma política externa radical e anti-norte-americana e uma tentativa de exportar a revolução.

2) Que o governo de Hugo Chávez reduza o perfil ideológico de sua política externa a favor de uma conduta mais pragmática, pelo próprio fato das limitações para concretizar os fins atuais e os objetivos da política externa da Venezuela, o que significaria uma cooperação com a Venezuela e incentivos da comunidade internacional para promover uma oposição mais forte e um diálogo com o Governo.

3) Que a conjunção de um ambiente doméstico hostil e um ambiente externo contrário obrigue a Venezuela a mudar seu perfil internacional, o que significaria um apoio aberto da comunidade internacional a um esforço de reconstrução da política diferente ao oferecido e buscado por Caracas nos últimos anos.

Em qualquer dos cenários apresentados, os governos e outros atores internacionais devem estar atentos, tanto na região como no mundo em geral, da atuação de um país pequeno com uma política externa bifrontal ativa e internacionalizada, que está desenvolvendo uma transição dual não convencional (a menos democracia e menos mercado) com uma proposta ideológica radical-bolivariana, com a tentação de exportar a revolução, apoiado em suas reservas energéticas em um contexto de preços altos das matérias-primas e de um comércio mundial em crescimento.